



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DA 26ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (31/08/2021, 09H30MIN — DIAMANTINA)

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) os seguintes representantes do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (CGIRC): Prof. Janir Alves Soares, Reitor; Prof. Alcino de Oliveira Costa Neto, Pró-Reitor de Administração (PROAD); Prof. Thiago Fonseca Silva, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); Profa. Orlanda Miranda Santos, Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD); Profa. Flaviana Dornela Verli, Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); Moisés Augusto da Silva, representando a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGEP); Flávio César Freitas Vieira, representando o Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PROEXC); Profa. Jussara de Fátima Barbosa Fonseca, Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis; Profa. Mara Lúcia Ramalho, Diretora de Educação Aberta e à Distância (DEAD); Elton Pereira Rosa, Diretor de Tecnologia da Informação (DTI); João Paulo dos Santos, Diretor de Planejamento Institucional da PROPLAN; Geralda Luci de Oliveira, representando a Diretora de Comunicação Social (DICOM); Profa. Nísia Andrade Villela Dessimoni Pinto, Assessora de Assuntos Estratégicos e Institucionais (AAE). O Prof. Janir Soares iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e, em seguida, passou a palavra para João Paulo para apresentação dos assuntos de pauta. João Paulo iniciou sua explanação relatando que o primeiro ponto de pauta a ser tratado é a apresentação do Plano de Gestão de Riscos da UFVJM para aprovação do Comitê de Governança. O referido documento levou quatro meses para ser elaborado, tendo ampla discussão pelo Comitê Assessor, que é o representante de cada pró-reitoria presente na reunião, sendo essa equipe excelente no empenho da execução do trabalho. Lembrando que foi lançado junto a esse Comitê a política de Gestão de Riscos da UFVJM no começo do ano, no que deve ser elaborado dentro do padrão que o TCU e a CGU exige. Portanto, a Auditoria Interna fez a recomendação de publicação do Plano, que é o documento que vai dizer exatamente qual é o procedimento para o mapeamento dos riscos institucionais. Relatou que a instituição já tem o Plano Estratégico Institucional, bem como a Política de Gestão de Riscos publicados, já tendo o Escritório de Processos trabalhando com os multiplicadores, no que os processos já estão sendo todos identificados. Sendo que os processos já enviados para o Escritório de Processos já estão sendo qualificados de acordo com a metodologia do Governo Federal, para que a Instituição tenha acesso dentro do sistema SEI a classificação de assuntos correta que não existia na UFVJM, sendo que a maioria da possibilidade de classificação de assuntos no referido sistema é desabilitada. A plataforma For foi lançada ontem (30/08/2021) pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, Elton já está a par disso, sendo que a Plataforma For foi desenvolvida pela UNIFAL em parceria com a UFLA e com a UNB. Essa plataforma está armazenada na RNP, em nuvem, e é patrocinada pelo MEC, que darão suporte e atualizações necessárias ao sistema. Então teremos realmente uma plataforma de monitoramento e controle, tanto do PDI, que vai nascer esse ano, quanto dos riscos que a Instituição ainda precisa mapear. O MEC já disponibilizou na escola de governo dois cursos, tanto do módulo For PDI, quanto do módulo ForRisco, ficando a cargo da PROGEP a organização da sistemática a ser utilizada da demanda dos referidos cursos que já estão disponíveis, sendo que imediatamente já é possível solicitar à DTI a adesão ao sistema da RNP para começar a trabalhar. Lembrando que o ForPDI é o de maior importância no momento, pela necessidade de sua implantação na Instituição imediatamente. A ideia é que o Comitê de Governança tenha essa base de conhecimento primeiramente, fazendo os cursos, e, na sequência a Diretoria de Governança vem com a implantação do sistema e o treinamento com toda a equipe de cada pró-reitoria. Sobre o Plano de Gestão de Riscos propriamente dito, tem por objetivo apresentar a metodologia de gerenciamento dos riscos da

Universidade. Quanto à aplicabilidade e o cronograma de desenvolvimento, uma das coisas que mais causa polêmicas e dúvidas quanto da apresentação desse plano é a previsão de processos com riscos gerenciados por ano, sendo a insegurança quanto à execução do plano no tempo estipulado nos cronogramas. Tendo como parâmetro o plano de gestão de riscos das Universidades Federais que estão mais adiantados na sua aplicabilidade, dificilmente veremos uma Instituição que conseguiu mapear os riscos de processos numa média de maior de quinze ou vinte por ano. A ideia é que toda universidade no momento de fazer o mapeamento de seus riscos, faça primeiramente o mapeamento de seus objetivos estratégicos, objetivos estes em nossa instituição que foram definidos no plano estratégico institucional, dezoito macro objetivos, bem como as metas e os planos de ação. Se a projeção é de realizar de mapeamentos apenas dez riscos é porque o trabalho é muito complexo, ressaltando que mapear processos é mais fácil que mapear o risco posteriormente, exigindo um trabalho bem mais detalhista, para prever se aquele risco tem alguma possibilidade de falhar, de dar errado ou não. Em conversa com o auditor, sendo o questionamento também feito pelo prof. Janir, é que a elaboração do plano de gestão de riscos é um norte, não significando que ao término de 2022 a Instituição terá realizado o mapeamento de todos os itens previstos no cronograma de execução dos riscos, no que vai depender da complexidade de cada um. Em resumo, começa-se a ter o mapeamento dos riscos para os objetivos estratégicos, passando a seguir para o mapeamento dos riscos operacionais, que cada pró-reitoria e cada diretoria considera o mais crítico em cada setor. Sempre focando no mais complexo e preocupante para a Universidade até chegar ao mais simples. Lembrando que ao longo da execução dos trabalhos vão ocorrendo atualizações e adequações de acordo com a necessidade do desenvolvimento do mapeamento, adicionando mais ou menos objetivos, caso a avaliação demonstre maior ou menor capacidade de execução e desse mapeamento. A profa. Flaviana lembrou que existe a possibilidade de mapeamento de riscos que impactam tanto de forma negativa, quanto de forma positiva. O Comitê Assessor considerou inicialmente um número conservador de riscos para ser mapeado no período de 2022 a 2026, considerando dez para o start inicial, sendo atualizado de ano em ano, de forma flexível, para que seja considerado possível aumentar esse número ou não. A Universidade que foi utilizada como principal referência que estava mais adiantada, no nosso ponto de vista foi a Federal do Rio Grande do Norte, sendo que é possível avaliar o plano de gestão de riscos deles para utilizar como parâmetro para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito de nossa Instituição. A sugestão é que os gestores inicialmente façam os cursos do ForPDI e do ForRisco, para verificação de algumas metodologias interessantes da área da administração e engenharia, principalmente engenharia de produção, para melhor entendimento da sistemática do que é o risco, de como se mitiga, como se elimina, ou até como se terceiriza o risco. Um grande exemplo de terceirização de riscos é fazer a segurança da Instituição, já sendo por hábito essa demanda ser executada dessa forma. Passando para as referências normativas, tanto de governo, quanto dos órgãos de controle, havendo uma Instrução Normativa conjunta da CGU e do Ministério Público de 2016, que foi a primeira cobrança de gestão de riscos nas Instituições Públicas; há a Portaria que institui o CGIRG; a Portaria que institui o CAGIRC, que trabalhou na minuta deste documento; a Portaria 2325, que define a estrutura e competências dos dois comitês; e tem a Portaria que institui a política de gestão de riscos, documento elaborado anteriormente a este, estando todos disponíveis no Portal da UFVJM para consulta. Passando a tratar do referencial teórico, fl. 3 da minuta, o Comitê Assessor utilizou as seguintes fontes de pesquisa: COSO/ERM, aplicado inicialmente na iniciativa privada, sendo posteriormente uma referência mundial; norma ISO 31000 de gestão de riscos; Norma técnica da ABNT; NBR ISO 31010 para gestão de riscos; Portaria-SEGECEX Nº 28, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010, vinculada ao TCU; dissertação de mestrado utilizada como base para montagem do plano de gestão de riscos da Federal do Rio Grande do Norte; livro do módulo ForRisco, utilizado pela deliberação de utilização da plataforma For pela Instituição como base de conhecimento (lembrando que a metodologia ForRisco foi adotada pelo fato de que o Ministério da Educação se comprometeu a oferecer a plataforma de maneira gratuita e com suporte técnico); estratégias definidas pela Fiocruz; tendo um número de legislação vasta e complexa. Quanto às responsabilidades, fl. 4 da minuta, os principais setores que estarão envolvidos são desde a Reitoria, Comitê de Governança, Comitê Assessor, Diretoria de Governança Institucional (cabendo a essa diretoria o monitoramento da execução do Plano ou não), Escritório de Processos (setor que mapeará os processos, para na sequência poder identificar os riscos, que serve de embasamento, tanto para monitoramento, quanto para dimensionar a força de trabalho), ressaltando a responsabilidade dos gestores de riscos (que é o Comitê de Governança) e dos proprietários de riscos, que é a pessoa que literalmente executa os processos do dia a dia dentro dos setores, ou seja, que faz o operacional e que gere o risco todo dia, sendo que muitas vezes está gerando o risco sem ter consciência de seu ato, porque Instituição nunca mapeou, ou

mapeou de maneira parcial. Lembrando que não é possível a implantação de uma cultura de gestão de riscos em qualquer instituição que seja sem o envolvimento principalmente dos gestores. Quanto à metodologia de gestão de riscos (fl. 5), no momento que os gestores e os servidores fizerem os cursos ForPDI e ForRisco, haverá um entendimento mais claro da presente minuta, ficando os envolvidos mais seguros para realmente controlar os riscos dentro de cada setor. Nas fls. 6 da minuta é apresentada uma figura que mostra quais são as etapas do mapeamento de riscos, a descrição delas, bem como qual a Estratégia ou ação a ser adotada dentro dos processos. Ainda nas fls. 6 consta a descrição da metodologia ForRisco, reforçando que no item 6 da minuta, está relatando todo o detalhamento das figuras, descrevendo desde o objetivo estratégico até o processo mais simples existente nos setores, trabalho esse a longo prazo, onde conseguiremos identificar quais são o evento, o risco, a causa do risco, o impacto ou a consequência desse risco e quem é o proprietário responsável do risco. Às fls. 7 da minuta, fala da necessidade de realização de capacitação e treinamento dos servidores, que começará a acontecer agora a partir dos cursos que o MEC está oferecendo. Cita também a Análise de fluxo de processo, bem como as classificações de categorias de riscos, representadas em ambientes internos e externos, onde já está sendo identificado quais são os tipos de risco: interno (riscos de infraestrutura, pessoal, processo, conformidade, comunicação); externo (riscos do tipo político, social, ambiental, orçamentário e imagem). Quanto aos riscos orçamentários, ressalta-se que nosso orçamento depende principalmente de descentralização do governo, lembrando que já temos arrecadação própria. Porém ainda é muito tímida por enquanto, sendo muito preocupante visto que a cada ano o orçamento se torna mais apertado, principalmente nos últimos cinco anos. E tratando dos riscos de imagem, lembremos que temos que nos comportar como servidores tanto dentro da instituição, quanto fora, ficando atentos quanto a manifestações que não condizem com nossos cargos de gestores/servidores, pois a imagem que passamos para a sociedade é um risco muito importante que deve ser mapeado, retratando nossa conduta como servidor. No item 6.2, às fls. 8 da minuta, tratamos da análise e avaliação dos riscos, detalhando na tabela os critérios de probabilidade, causas, impacto ou consequência, risco inerente, onde serão trabalhados os níveis de probabilidade de ocorrência, tratando da descrição e pontuação desses riscos. Passou-se a seguir à análise das tabelas de probabilidade e suas pontuações constantes às fls. 9 da minuta, tabelas essas que foram elaboradas conforme a recomendação dos órgãos de controle, sendo as mesmas padronizadas. Considerou-se os níveis aceitáveis os riscos considerados muito baixos, baixos e médio; e inaceitáveis os riscos considerados alto para cima, sendo estes necessários o tratamento do risco. Em consequência, ao final do documento foi acrescentado o Anexo 2, que o Mapa de Riscos, onde o cálculo dos riscos é feito automaticamente, sendo feito automaticamente também na plataforma do módulo ForRisco (a multiplicação da relação de probabilidade acontecer pelo impacto que o risco causaria). No item 6.3 ainda nas fls. 9 da minuta, medidas de tratamento, onde consta quatro possibilidades de acordo com a referência: a primeira é aceitar o risco; a segunda é mitigar o risco, buscando a redução das chances de ocorrência do evento, que seria a probabilidade ou de seu impacto. Um exemplo de mitigação é a discussão da volta do ensino presencial, onde avalia-se a probabilidade de contaminação em massa pela pandemia com esse retorno, e, qual seria o impacto para nós como universidade perante a sociedade (risco de imagem perante a sociedade, riscos orçamentários devido ao investimento necessário para garantir a segurança que pode ser muito alto); a terceira é transferir o risco (compartilhar ou transferir a responsabilidade de gerenciar o risco para terceiros, exemplo: uberizar a frota de veículos onde o seguro seria garantido); a quarta e última possibilidade de tratamento é evitar o risco, levar a chance ocorrência ou impacto do evento para zero. Quanto ao Risco Residual, é tratado no item 6.3.1 das fls. 10 da minuta. Os níveis de confiança dependerão da cultura de combate ao risco na instituição (Tabela 6). Um exemplo de confiança satisfatória é o processo licitatório de contrato da PROAD, por ter toda uma previsão legal, sendo que isso é seguido a risca, ou seja já está instituído. É satisfatório porque está garantido. Destaca-se que o sonho de consumo é o nível de aceitação acima de 80%, onde os controles já estão implementados, mitigando todos os aspectos relevantes do risco, ou seja, o mapeamento de processos realizado, mapeamento de riscos realizado e monitoramento funcionando. Pontuando que a instituição ainda está na fase inicial, onde nem os riscos foram mapeados ainda. Na fase de monitoramento e análise crítica, item 6.4 das fls. 11, é citado a metodologia ForRisco. No item 6.5 trata da Comunicação e Consulta, referentes à identificação dos riscos (saber para quem e como comunicar o risco). Por último, no item 7, trata-se dos Benefícios decorrentes da implantação do plano de gestão de riscos para a universidade, onde foi avaliado pelo Comitê Assessor quais seriam os principais benefícios para a UFVJM na Tabela 7. No anexo 1 é tratada a Cadeia de Valor da UFVJM nas fls. 12 do documento, já constituída no Plano Estratégico Institucional. E por fim, consta o Mapa de Riscos do Anexo 2

citado acima. Após a apresentação de João Paulo, o Prof. Janir ressaltou que o monitoramento é extremamente importante para definir se o saldo é positivo ou negativo, repercutindo na imagem a ser passada pela instituição. Quando o ponto positivo é detectado, destaca-se que tudo está correndo bem. Quando o ponto negativo é detectado, deve ser tratado até chegar ao nível do aceitável. E se esse não for levado em consideração, pode acarretar alto risco de prejuízo, tanto na situação em si, quanto na imagem da instituição perante a sociedade. A sugestão da professora Flaviana é que o Comitê de Governança se capacite inicialmente, para dar o start no exemplo a ser seguido, dando exemplo de conduta da prática, que deve ser a meta inicial a ser executada pelo Comitê de Governança, sendo registrada a concordância do professor Janir com a proposta da profa. Flaviana. Ressalta-se que tal demanda é uma exigência do MEC, que se encontra em atraso na implantação e execução do mesmo no âmbito da UFVJM e que o patrocínio do Plano de mapeamento de riscos deve ser de responsabilidade dos gestores, sendo possível sua execução somente com o assessoramento dos gestores. Enfim, verifica-se então que a minuta apresentada tem todo o passo a passo de execução do mapeamento dos riscos. Passou-se à deliberação quanto ao primeiro ponto de pauta: 1º) Deliberou-se por encaminhar a presente minuta por e-mail ao presente Comitê para avaliação detalhada da mesma, objetivando sua aprovação após esse estudo, bem como a realização do curso ForRisco; 2º) Encaminhar o link do curso do ForRisco aos membros do comitê, objetivando sua realização pelos membros do CGIRC na qualidade de gestores, no que posteriormente será repassado aos respectivos diretores, ampliando futuramente essa demanda para todos os servidores envolvidos no mapeamento dos riscos, para que possam também fazer o curso. 3º) Prazo de execução das deliberações retrocitadas: duas semanas para encaminhamento do certificado do curso ForRisco na 2ª feira, dia 13/08/2021. Na sequência, João Paulo passou para o segundo ponto de pauta, falando rapidamente dos Indicadores de Desempenho referentes ao ano anterior, sendo que João Paulo citou, juntamente ao Prof. Janir, a necessidade de avaliar os indicadores em um segundo momento por ser um documento muito grande e haver inconsistências que precisam ser reavaliadas em análise a nível do Comitê de Governança. Deliberação quanto ao segundo ponto de pauta: Enviar a minuta dos indicadores de desempenho para o Comitê reavaliar o documento, pois está inconsistente, devolvendo o mesmo corrigido para João Paulo o quanto antes. Posteriormente, João Paulo explanou sobre o terceiro ponto de pauta que é o Diagnóstico no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (<http://portal.ufvjm.edu.br/page/governanca/prevencao-a-corrupcao/sistema-e-prevencao>). Relatou que a UFVJM recebeu o selo de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, onde apresenta o desempenho desta instituição quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção. Ressalta-se que apesar de ter recebido o selo retrocitado, a UFVJM ainda tem um longo caminho a percorrer. Neste Relatório de Diagnóstico PNPC consta a imagem de nossa instituição, apesar de ter recebido o selo de execução de boas práticas, ainda não se encontra localizada dentro da faixa verde de nível aceitável de suscetibilidade, estando na faixa laranja - nível alto de suscetibilidade. O que indica que apesar da instituição já ter dado o pontapé inicial dos trabalhos, demonstrando alto grau de detecção, ainda necessita focar nas práticas de investigação, correção, monitoramento e prevenção. Havendo necessidade de melhorar principalmente no que diz respeito a controle e monitoramento. Foram criados na UFVJM dois portais muito importantes: O Portal da Governança (<https://portal.ufvjm.edu.br/page/governanca>), onde mostra tudo o que a universidade faz. E, o Portal da Transparência e Prestação de Contas (<http://portal.ufvjm.edu.br/page/transparencia-e-prestacao-de-contas>), que foi uma exigência do Tribunal de Contas da União - TCU, que ainda são desconhecidos dos gestores, o que se dirá da comunidade acadêmica. Na prática, esse portal é uma boa parte do Relatório de Gestão, que deve ser atualizado trimestralmente. Quanto a esses portais, recomenda-se a necessidade de dar publicidade objetivando uma boa prática de transparência. O prof. Janir ressaltou que as boas práticas de transparência não devem ser apenas elaboradas, tendo que ser também úteis, sendo que o resultado é o benefício é da comunidade acadêmica e da comunidade externa. Nada mais havendo a tratar, eu, Juliana Moreira Silveira, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **Janir Alves Soares, Reitor**, em 13/12/2021, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Dos Santos, Diretor(a)**, em 16/12/2021, às



10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Moreira Silveira, Servidor**, em 21/12/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara de Fatima Barbosa Fonseca, Pro-Reitor(a)**, em 23/12/2021, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Afonso Fernandes, Servidor**, em 23/12/2021, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcino De Oliveira Costa Neto, Pro-Reitor(a)**, em 24/01/2022, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0546841** e o código CRC **80FA02AE**.